

falsa notícia de haver o novo gabinete expedido ordem de prisão contra o Senador Vergueiro (34), Deputado Evaristo da Veiga e outros chefes da oposição. Os ajuntamentos, formados em vários pontos da cidade, foram-se dirigindo para o antigo Campo de Sant'Ana. À 1 hora da tarde, a reunião constava de cerca de 600 pessoas. Às três, já estavam no campo mais de 2.000. Às 5, era calculado em 3.000 a 4.000 o número de populares ali reunidos, com os quais estavam os deputados Odorico Mendes e Vieira Souto, e o redator do *República*, Borges da Fonseca. Foram chamados os juizes de paz das diferentes paróquias da cidade, e, à tarde, dirigiram-se eles, em comissão, a São Cristóvão, onde, recebidos pelo Imperador, pediram, em nome do povo, a reintegração do Ministério demitido. D. Pedro I recusou atender à reclamação. Ao anoitecer, todos os deputados (23) que haviam assinado a representação de 17 de março, entre os quais Evaristo da Veiga, Carneiro Leão, Custódio Dias, Henrique de Rezende Lima, de Abreu e Alencar, reuniram-se ao povo. Uma deputação foi pedir ao General Francisco de Lima e Silva, que estava no quartel do campo, a sua intervenção junto ao Imperador. Às 9 da noite, esse General, que, já por vezes, havia expedido ao Imperador notícias do que ia ocorrendo, foi pessoalmente a São Cristóvão pedir-lhe que cedesse diante da manifestação popular, mas nada conseguiu. Quando regressou ao campo, as tropas começavam a fraternizar com o povo. Chegaram em primeiro lugar os dois corpos de artilharia de posição, tendo à frente o Brigadeiro Francisco de Paula e Vasconcelos, pouco depois o primeiro batalhão de granadeiros. Às 12 ½ fez a sua entrada no campo o batalhão do Imperador, chegado de São Cristóvão. Então o General Lima e Silva encarregou o Major Frias e Vasconcelos de anunciar ao Imperador que já não era somente o povo, mas também a tropa, que reclamava a mudança do Ministério, e de pedir-lhe que, a julgar impossível a reintegração dos ministros demitidos, escolhesse outros, tirados do Partido Liberal. D. Pedro já havia mandado procurar Vergueiro para formar novo Ministério, e, por isso, reteve o Major Frias, aguardando a chegada daquele senador" (35).

(34) Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (Nota do autor).

(35) BARÃO DO RIO BRANCO, *opus cit.*, pág. 273/74.

"Chegando, então, a notícia de que êle não fôra encontrado, conferenciou o Imperador com os seus Ministros e os representantes da Inglaterra e da França e pela 1 hora da madrugada de 7 entregou ao Major Frias o decreto de abdicação" (36).

O decreto de abdicação, lacônicamente redigido pelo próprio Imperador, dizia apenas

"Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa de meu amado e prezado filho o Sr. D. Pedro de Alcântara.

Boa Vista, 7 de abril de 1831, 10.º da Independência e do Império".

Ao amanhecer do mesmo dia 7 de abril D. Pedro, a Imperatriz D. Amélia, a Rainha D. Maria II de Portugal, o Marquês e a Marquesa de Loulé e mais umas poucas pessoas embarcaram, em São Cristóvão, em escaleres que os conduziram para bordo da nau inglesa *Warspite*.

D. Pedro deixou, ao partir do Brasil, a seguinte despedida:

"Não sendo possível dirigir-me a cada um dos meus verdadeiros amigos em particular para me despedir e lhes agradecer ao mesmo tempo os obséquios que me fizeram, e outrossim, para lhes pedir perdão de alguma ofensa que de mim possam ter, ficando certos que se em alguma cousa os agravei, foi sem a menor intenção de ofendê-los, faço esta carta para que impressa eu possa dêste modo alcançar o fim a que me proponho.

Eu me retiro para a Europa, saudoso da pátria, dos filhos e de todos os meus verdadeiros amigos. Deixar objetos tão caros é sumamente sensível, ainda ao coração mais duro, mas deixá-los para sustentar a honra não pode haver maior glória.

Adeus pátria, adeus amigos, e adeus para sempre.

Bordo da nau inglesa *Warspite*, 12 de abril de 1831 — D. Pedro de Alcântara Bragança e Bourbon".

(36) *Id. ibid.*, pág. 276.

A política social brasileira na opinião de um técnico de renome internacional

O Sr. Estanislau Fischlowitz, antigo alto funcionário do Ministério do Trabalho da Polônia, no setor dos seguros sociais, e membro do Comité Internacional de Peritos em Seguro Social,

exerceu também, durante um ano e meio, no Departamento Administrativo do Serviço Público, as funções de técnico especializado em Seguro Social, havendo ainda, durante esse tem-